

Comissão de  
Trabalho



# Relatório de Atividades

..... 2023 .....



Comissão de  
Trabalho



## **PUBLICAÇÃO DA COMISSÃO DE TRABALHO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Revisão: Marcelo Augusto Coelho da Silva e Fredo Ebling Júnior

Projeto Gráfico e Editoração: Lanna Silveira

Redação: Lanna Silveira

Imagens: Canva e Câmara dos Deputados

## **MEMBROS DA SECRETARIA DA COMISSÃO DE TRABALHO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

André Luís Rodrigues Corrêa Pinto

Adiel Lopes dos Santos

Fredo Ebling Júnior

Honejohnny Pereira da Silva

Marcelo Augusto Coelho da Silva

Mariane Luiz Brandão de Melo - Estagiária

## **CONTATOS**

Secretário-executivo: Marcelo Augusto Coelho da Silva

Local: Anexo II - Ala C - Sala T50

Telefones: (61) 3216-6818 - (61) 3216-6808

## Índice

<b>Palavra do Presidente .....</b>	<b>03</b>
<b>Composição .....</b>	<b>04</b>
<b>Projetos Apreciados .....</b>	<b>08</b>
<b>Audiências Públicas .....</b>	<b>15</b>
<b>Eventos Externos .....</b>	<b>20</b>
<b>Comparecimento de Ministro de Estado .....</b>	<b>21</b>
<b>Seminários .....</b>	<b>22</b>
<b>Outros Eventos .....</b>	<b>23</b>

## Palavra do Presidente

Em 2023, como presidente da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, tive a honra de liderar um ano de intensa atividade legislativa. Realizamos 94 reuniões, totalizando 175 horas de debates, durante as quais deliberamos 106 proposições. Dessas, 104 foram aprovadas e apenas 2 rejeitadas, refletindo o clima de diálogo e busca por convergência que estabelecemos no colegiado.

Entre as matérias fundamentais para o direito trabalhista brasileiro que aprovamos, destaco a equiparação dos agentes de vigilância sanitária aos agentes de combate a endemias e aos agentes comunitários de saúde, a licença maternidade para mulheres que trabalham em embarcações, e a redução do período aquisitivo de acesso ao seguro-desemprego para trabalhadores rurais em culturas sazonais. Essas deliberações representam avanços significativos na proteção e ampliação dos direitos dos trabalhadores brasileiros.

Além das atividades legislativas, representei a Comissão de Trabalho na 111ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Genebra. Este evento é crucial para a definição de normas internacionais do trabalho e políticas gerais.

Durante a conferência, desempenhei um papel fundamental ao facilitar discussões e promover o diálogo entre representantes de diversos países e o Brasil. Tive o dever e a responsabilidade de facilitar as discussões, promovendo o diálogo entre os representantes dos países e o Brasil, trazendo assim consenso em relação às normas e às políticas propostas. O Brasil voltou ao diálogo com o mundo! Tivemos acordos produtivos, marcando a presença do país na melhoria das condições de trabalho em escala global.

Em uma iniciativa de aproximação com a realidade local, levamos as atividades da Comissão de Trabalho a diversos municípios do Pará. Em Santarém e Marabá, realizamos seminários para debater a regulamentação das relações de trabalho, promovendo a participação ativa das comunidades locais e ouvindo as demandas diretamente da população.

Por fim, acreditamos que nossa gestão à frente da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados em 2023 foi marcada por um esforço contínuo de diálogo e consenso, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Com um elevado índice de aprovação de proposições e uma presença ativa em fóruns internacionais, a Comissão reforçou seu compromisso com a melhoria das condições de trabalho e a proteção dos direitos trabalhistas no Brasil.

**Airton Faleiro (PT/PA)**



# Presidente e Vice-Presidentes



**AIRTON FALEIRO**  
(PT/PA)  
Presidente



**DUDA SALABERT**  
(PDT/MG)  
1ª Vice-Presidente



**ALEXANDRE  
LINDENMEYER**  
(PT/RS)  
2º Vice-Presidente



**LUIZ CARLOS MOTTA**  
(PL/SP)  
3º Vice-Presidente

# Membros Titulares



**AIRTON FALEIRO  
(PT/PA)**



**ALEXANDRE  
LINDENMEYER  
(PT-RS)**



**ANY ORTIZ  
(CIDADANIA-RS)**



**DANIEL ALMEIDA  
(PCdoB-BA)**



**DUDA SALABERT  
(PDT-MG)**



**LEONARDO  
MONTEIRO  
(PT-MG)**



**LUIZ CARLOS  
MOTTA  
(PL-SP)**



**LUIZ GASTÃO  
(PSD-CE)**



**PROF. PAULO  
FERNANDO  
(REPUBLICANOS-DF)**



**ROGÉRIO CORREIA  
(PT-MG)**



**RONALDO  
NOGUEIRA  
(REPUBLICANOS-RS)**



**SIMONE  
MARQUETTO  
(MDB-SP)**



**TÚLIO GADÊLHA  
(PDT-PE)**

# Membros Suplentes



**AFONSO MOTTA  
(PDT-RS)**



**ANDRÉ  
FIGUEIREDO  
(PDT-CE)**



**AUGUSTO COUTINHO  
(REPUBLICANOS-PE)**



**BOHN GASS  
(PT-RS)**



**CARLA ZAMBELLI  
(PL-SP)**



**CARLOS  
VERAS (PT-PE)**



**CORONEL  
MEIRA (PL-PE)**



**ÉRIKA KOKAY  
(PT-DF)**



**EVAIR VIEIRA  
DE MELO (PP-ES)**



**FELIPE  
FRANCISCHINI  
(UNIÃO-PR)**



**FERNANDA PESSOA  
(UNIÃO-CE)**



**FERNANDO  
RODOLFO  
(PL-PE)**



**FLÁVIA MORAIS  
(PDT-GO)**



**GEOVANIA DE SÁ  
(PSDB-SC)**



**MARCON  
(PT-RS)**



**MARRECA  
FILHO  
(PATRIOTA-MA)**

# Membros Suplentes



**RAFAEL PRUDENTE  
(MDB-DF)**



**REIMONT  
(PT-RJ)**



**SANDERSON  
(PL-RS)**



**VICENTINHO  
(PT-SP)**



**VINÍCIUS CARVALHO  
(REPUBLICANOS-SP)**



**MENDONÇA FILHO  
(UNIÃO-PE)**




## Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
<a href="#">PL 3.608/2019</a>	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para tornar obrigatória a afixação de placa em órgãos e entidades públicos e privados prestadores de serviços à população com aviso relativo a infrações e crimes contra o idoso.	Augusto Coutinho (REPUBLICANOS/PE)
<a href="#">PL 3.105/2019</a>	Altera a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) para dispor sobre a ausência do empregado com deficiência em razão da quebra ou defeito de órteses, próteses ou de meios auxiliares de locomoção que inviabilizem o exercício da atividade.	Erika Kokay (PT/DF)
<a href="#">PL 3.161/2021</a>	Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive profissional, regulamenta a profissão, extingue a Lei Nº 3.099, de 24 de fevereiro de 1957 e o Decreto Nº 50.532, de 3 de Maio de 1961, que regem sobre o funcionamento de empresas de investigações, cria o Conselho Federal de Detetives da Ordem dos Detetives do Brasil e da outras providencias.	Luiz Carlos Motta (PL/SP)
<a href="#">PL 3.432/2021</a> (Apensado ao PL 3.161/2021)	Acrescenta dispositivos à Lei nº 13.432, de 11 de abril de 2017, que dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular.	Luiz Carlos Motta (PL/SP)
<a href="#">PL 2.645/2022</a>	Dispõe sobre a criação e o exercício das profissões Treinador de Cães-guia e de Instrutor de Mobilidade com Cães-guia.	Erika Kokay (PT/DF)
<a href="#">PL 912/2019</a>	Regulamenta a atividade de parteira tradicional.	Flávia Morais (PDT/GO)
<a href="#">PL 4.376/2021</a>	Altera a Lei 6.259, de 30 de outubro de 1975, para determinar aos empregadores que comuniquem à autoridade sanitária local e a seus empregados a ocorrência, no grupo, de casos de doenças que podem implicar medidas de isolamento ou quarentena.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
<a href="#">PL 3.168/2021</a>	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a concessão de seis parcelas do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado do trabalho em condição análoga à de escravo ou do tráfico de pessoas.	Bohn Gass (PT/RS)
<a href="#">PL 4.067/2021</a>	Altera o art. 605 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para alterar o prazo para a publicação do edital de cobrança da contribuição sindical e incluir a internet como veículo de publicação.	Luiz Gastão (PSD/CE)

## Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
<a href="#">PL 3.649/2020</a>	Dispõe sobre o exercício da profissão de professor de artes marciais ou de esportes de combate.	Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS/DF)
<a href="#">PL 4.968/2020</a>	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.	Fernanda Pessoa (UNIÃO/CE)
<a href="#">PL 1.104/2021</a>	Altera a Lei nº 12.467, de 26 de agosto de 2011, para incluir especialistas em cervejas, cachaças e outras bebidas, na regulamentação da profissão de Sommelier.	Evair Vieira de Melo (PROGRESSISTAS/ES)
<a href="#">PL 2.229/2022</a> (Apensado ao PL 1.104/2021)	Altera a Lei nº 12.467, de 26 de agosto de 2011, para reconhecer a atividade de sommelier de cervejas e de cachaças.	Evair Vieira de Melo (PROGRESSISTAS/ES)
<a href="#">PL 3.267/2021</a>	Regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braille.	Alexandre Lindenmeyer (PT/RS)
<a href="#">PL 1.242/2022</a>	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o direito a preferência na concessão de férias ao trabalhador com deficiência ou que tenha cônjuge, companheiro ou dependente com deficiência.	Rogério Correia (PT/MG)
<a href="#">PL 1.236/2019</a> (Apensado ao PL 1.242/22)	Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) para dispor sobre o gozo de férias de empregado que tenha pessoa com deficiência sob sua guarda ou tutela.	Rogério Correia (PT/MG)
<a href="#">PL 4.594/2020</a> (Apensado ao PL 1.242/22)	Dispões sobre a garantia assegurada aos pais ou responsáveis legais por pessoas com deficiência, de fazer coincidir seu período de férias com o período das férias escolares.	Rogério Correia (PT/MG)
<a href="#">PL 784/2022</a> (Apensado ao PL 1.242/22)	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre o gozo de férias de empregado que tenha filho com deficiência.	Rogério Correia (PT/MG)

## Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
<a href="#">PL 3.115/2019</a>	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de isentar as entidades beneficentes de assistência social do pagamento de custas processuais.	Flávia Morais (PDT/GO)
 <a href="#">PL 9.956/2018</a> (Apensado ao PL 1.040/2019)	Institui o Programa Reservistas em Ação por Cidadania, dispõe sobre o treinamento e aproveitamento profissional do Reservista Cidadão e dá providências correlatas.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
<a href="#">PL 2.336/2023</a>	Dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e iniciativa privada.	Luiz Carlos Motta (PL/SP)
<a href="#">PL 1.145/2011</a>	Acrescenta o art. 392-B à Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a licença maternidade das mulheres que trabalham em equipagens das embarcações de marinha mercante, de navegação fluvial e lacustre, de tráfego nos portos e de pesca.	Fernanda Pessoa (UNIÃO - CE)
<a href="#">PL 617/2019</a>	Altera o art. 36 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para modificar a destinação de receitas arrecadas pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia, e dá outras providências.	Evair Vieira de Melo (PROGRESSISTAS/ES)
<a href="#">PL 2.987/2019</a>	Reconhece a ultrassonografia como especialidade médica.	Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS/DF)
<a href="#">PL 4.114/2020</a>	Dispõe sobre a Profissão de Técnico em Prevenção e Combate a Incêndios, e dá outras Providências.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
<a href="#">PL 726/2023</a>	Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, para vedar a exigência de comprovante de conclusão de escolaridade como requisito para o exercício da profissão de taxista.	Alexandre Lindenmeyer (PT/RS)
<a href="#">PL 3.118/2004</a>	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que "Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, e dá outras providências.", a fim de reduzir o período aquisitivo de acesso ao seguro desemprego para os trabalhadores rurais ocupados em culturas sazonais.	Bohn Gass (PT/RS)

## Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
<a href="#">PL 5.332/2005</a> (Apensado ao PL 3.118/2004)	Acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para assegurar o pagamento do benefício do seguro-desemprego ao trabalhador rural, nas condições que especifica.	Bohn Gass (PT/RS)
<a href="#">PL 6.271/2005</a> (Apensado ao PL 3.118/2004)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar o benefício do seguro-desemprego ao safrista.	Bohn Gass (PT/RS)
<a href="#">PL 6.925/2006</a> (Apensado ao PL 3.118/2004)	Altera a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, que "dispõe sobre o benefício do seguro-desemprego, altera dispositivo da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e dá outras providências".	Bohn Gass (PT/RS)
<a href="#">PL 7.479/2006</a> (Apensado ao PL 3.118/2004)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de concessão de seguro-desemprego aos trabalhadores rurais em âmbito de contrato por tempo determinado.	Bohn Gass (PT/RS)
<a href="#">PL 2.990/2008</a> (Apensado ao PL 3.118/2004)	Inclui o art. 3º na Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, assegurando o pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador rural safrista.	Bohn Gass (PT/RS)
<a href="#">PL 5.207/2019</a>	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as atividades dos profissionais Tecnólogos.	Flávia Morais (PDT/GO)
<a href="#">PL 6.465/2019</a>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de artistas locais na abertura dos shows, eventos musicais ou culturais financiados por recursos públicos.	Flávia Morais (PDT/GO)
<a href="#">PL 2.186/2022</a> (Apensado ao PL 6.465/2019)	Altera a Lei nº 14.399, de 8 de julho que 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, para tornar obrigatório o estabelecimento de políticas de valorização do artista local.	Flávia Morais (PDT/GO)
<a href="#">PL 2.962/2022</a> (Apensado ao PL 6.465/2019)	Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a contratação de profissional do setor artístico.	Flávia Morais (PDT/GO)


## Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
<a href="#">PL 581/2019</a>	Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dar à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas o mesmo tratamento fiscal dado à distribuição de lucros ou dividendos aos sócios ou acionistas.	Luiz Carlos Motta (PL/SP)
<a href="#">PL 791/2019</a>	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de paleontólogo e dá outras providências.	Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS/DF)
<a href="#">PL 3.032/2023</a>	Altera a Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021, para dispor sobre a responsabilidade da Sociedade Anônima de Futebol pelas obrigações do clube ou pessoa jurídica original que a tiver constituído.	Fernanda Pessoa (UNIÃO/CE)
<a href="#">PL 1.126/2021</a>	Altera os artigos 1º, 2º, 4º e 9º-A e acrescenta o art. 3º-A na Lei 11.350/2006 para equiparar as atividades e definir piso salarial dos Agentes de Vigilância Sanitária, os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.	Carlos Veras (PT/PE)
<a href="#">PL 4.383/2021</a>	Dispõe sobre o Programa Nacional Jovem Aprendiz Musical, e dá outras providências.	Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS/DF)
<a href="#">PL 1.563/2023</a> (Apensado ao PL 4.383/2021)	Cria Programa Nacional de Bolsa de Formação Musical.	Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS/DF)
<a href="#">PL 4.814/2019</a>	Dispõe sobre o exercício da profissão de Despachante Aduaneiro e de Ajudante de Despachante Aduaneiro e dá outras providências.	Evair Vieira de Melo (PROGRESSISTAS/ES)
<a href="#">PL 1.895/2022</a>	Autoriza segurados especiais a exercerem atividade remunerada em período não superior a 180 (cento e oitenta) dias, corridos ou intercalados, no ano civil, na agropecuária ou no extrativismo vegetal, sem prejuízo do seu enquadramento nessa categoria de segurado da previdência social, e dá outras providências.	Fernanda Pessoa (UNIÃO/CE)
<a href="#">PL 5.094/2020</a>	Inclui categorias entre as beneficiárias do seguro-desemprego durante o período do defeso.	Luiz Gastão (PSD/CE)

## Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
<a href="#">PL 3.030/2022</a>	Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialistas.	Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS/DF)
<a href="#">PL 1.521/2023</a> (Apensado ao PL 3.030/2022)	Altera a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para disciplinar a emissão da carteira profissional de Radialista.	Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS/DF)
<a href="#">PL 4.816/2023</a>	Dispõe sobre o exercício da profissão de Multimídia.	Flávia Morais (PDT/GO)
<a href="#">PL 4.977/2016</a>	Altera a Lei nº 11.648, de 31 março de 2008, que dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
<a href="#">PL 5.150/2016</a>	Trata da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas da União de aplicação de recursos provenientes de contribuição sindical.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
<a href="#">PL 5.479/2016</a> (Apensado ao PL 4.977/2016)	Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de garantir a transparência na utilização da contribuição sindical e prestação de contas das entidades sindicais ao Tribunal de Contas da União - TCU.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
<a href="#">PL 7.419/2017</a> (Apensado ao PL 4.977/2016)	Acrescenta o art. 593-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e altera a redação de dispositivos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar a obrigatoriedade de as entidades vinculadas ao sistema sindical prestarem contas e darem publicidade às informações relativas ao recebimento e aplicação dos recursos das contribuições de interesse das categorias econômicas e profissionais.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
<a href="#">PL 7.709/2017</a> (Apensado ao PL 4.977/2016)	Dispõe sobre a transparência de informações administrativas e orçamentárias no âmbito das entidades sindicais e dá outras providências.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)

## Projetos Apreciados

Número	Assunto	Relator
 <a href="#">PL 1.954/2019</a> (Apensado ao PL 4.977/2016)	Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de assegurar a transparência na gestão das entidades sindicais.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
<a href="#">PL 893/2022</a> (Apensado ao PL 4.977/2016)	Inclui os arts. 551-A, 551-B e 551-C ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), obrigando que as entidades sindicais ou de associação profissional confirmem transparência a todos e quaisquer recursos públicos recebidos mediante convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
<a href="#">PL 474/2022</a>	Altera os Decretos-Leis nº 9.403, de 25 de junho de 1946; 8.621, de 10 de janeiro de 1946; 9.853, de 13 de setembro de 1946 e a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, para dispor sobre a incidência das contribuições relativas ao fomento dos programas do chamado Sistema S.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
<a href="#">PL 1.040/2019</a> (Apensado ao PL 9.956/2018)	Altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que versa sobre o Serviço Militar, para dispor sobre o oferecimento de cursos profissionalizantes a jovens alistados no serviço militar.	Daniel Almeida (PCdoB/BA)



**Clique no número do projeto para acessar a ficha de tramitação**



# Audiências Públicas

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



## Impactos da Lei da Terceirização

A Audiência Pública da Comissão de Trabalho discutiu os impactos da Lei da Terceirização de 2017 nas relações trabalhistas. Presidida pelo deputado Bohn Gass (PT-RS), a reunião contou com a participação de representantes do Ministério do Trabalho, sindicatos, associações e órgãos de controle. O debate focou nas ampliações da terceirização, agora permitida inclusive nas atividades principais das empresas.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



## Regulamentação da profissão de Bombeiro Civil

Presidida pela deputada Erika Kokay (PT/DF), a audiência pública discutiu a necessidade de regulamentar a Lei Federal 11.901/2009 (regulamentação da profissão de bombeiro civil) e estabelecer o Conselho de Classe da Categoria. Participaram representantes do SINDBOMBEIROS/DF, CBMDF, universidades, ABNT, Defesa Civil, Frente Parlamentar Prevencionista, e MPT.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



## Combate ao trabalho infantil

Representantes do Executivo, Judiciário e da Sociedade Civil se reuniram em Audiência Pública na Comissão de Trabalho para discutir o trabalho infantil, atendendo ao requerimento do deputado Túlio Gadêlha (REDE-PE). No encontro, Patrícia Lima, presidente do Instituto Trabalho Decente (ITD), alertou sobre a falta de políticas públicas que levam crianças negras, pobres e periféricas a serem privadas de educação e outros direitos. A desembargadora Rosemarie Pimpão, do TRT-9, ressaltou que essas estatísticas são subestimadas. Gadêlha reforçou a importância do tema no Parlamento.



# Audiências Públicas

Myke Sena/Câmara dos Deputados



## Demissão em massa na Sarede, do Grupo Oi

Em 10 de agosto, a Comissão de Trabalho promoveu uma Audiência Pública solicitada pelo deputado Reimont (PT-SP), para debater as demissões em massa na Sarede, do Grupo Oi. O parlamentar presidiu os debates, enfatizando a necessidade de diálogo em um cenário polarizado. Nathalia Lobo, Diretora de Políticas Setoriais do Ministério das Comunicações, discutiu o compromisso do Ministério com a expansão da conectividade e inclusão digital. Representantes de sindicatos, federações, agências reguladoras e empresas do setor de telecomunicações participaram ativamente da audiência.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



## Relações trabalhistas relacionadas à sociobioeconomia

Em 4 de setembro, a Comissão de Trabalho realizou Audiência Pública para debater as relações trabalhistas relacionadas à sociobioeconomia, solicitada pelo deputado Airton Faleiro (PT-PA). Presidido pelo deputado Alexandre Lindenmeyer (PT-RS), o evento contou com a presença do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Alberto Bastos Balazeiro, que destacou que o conceito abrange aspectos sociais, econômicos e biológicos, enfatizando a importância dos trabalhos verdes para a sustentabilidade social e ambiental. Além do representante do TST, a reunião contou, também, com a presença de representantes da CUT, MTE, MPT, SUDAM, CONTAR, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas e do ÓscioBio.

# Audiências Públicas

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



## Anistia na Petrobras (PL 7.832/2014)

A Comissão de Trabalho realizou Audiência Pública em 18 de setembro presidida pelo Deputado Prof. Paulo Fernando (REPUBLICANOS-DF) para debater a Anistia na Petrobras (PL 7.832/2014). O evento discutiu os impactos do projeto, que visa conceder anistia a dirigentes sindicais e trabalhadores punidos por movimentos reivindicatórios. Participaram do evento representantes da Petrobras, OAB-DF, CUT/DF, Anpp Conreppv Nacional, FUP/APASPETRO-RN, FNP/SINDIPETRO-LP e FUP.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



## Estágio a partir dos 14 anos (PL 5/2015)

Em 21 de setembro, a Comissão de Trabalho realizou Audiência Pública para discutir o PL 5/2015, que propõe permitir estágio a alunos do ensino fundamental a partir dos 14 anos. Presidida pelo deputado Alexandre Lindenmeyer (PT-RS), a audiência contou com a participação de representantes do Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego, UFPB e UFPE. A Procuradora Dra. Luísa Carvalho Rodrigues destacou a importância do estágio na luta contra o trabalho infantil.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



## Crime de demissão por motivo ideológico

A Comissão de Trabalho realizou Audiência Pública para discutir o PL 494/2019, que propõe criminalizar a demissão por motivo ideológico e atribuir à justiça trabalhista competência para julgar tais crimes. Presidida pelo deputado Prof. Paulo Fernando (REPUBLIC-DF), o evento ocorreu em 28 de setembro e contou com a participação do Ministro do TST, Cláudio Brandão, além de representantes da AJUFE, UNECS, ABRAT, SINAIT, ANAMATRA e MPT. Brandão destacou que o trabalho humano merece uma tutela especial, pois representa a projeção da vida e da pessoa que o realiza, ressaltando o valor humano do trabalho na sociedade contemporânea.

# Audiências Públicas

Will Shutter / Câmara dos Deputados



## Fim do Saque Aniversário do FGTS

O fim do Saque Aniversário do FGTS foi tema de Audiência Pública realizada pela Comissão de Trabalho. O evento, que ocorreu em 3 de outubro e foi presidido pelo deputado Luiz Gastão (PSD-CE), contou com a participação de Carlos Augusto Simões Gonçalves, Secretário de Proteção ao Trabalhador do MTE, que defendeu a reconsideração do fim do Saque Aniversário, destacando que sua continuidade pode prejudicar a aquisição de imóveis pelos trabalhadores. A deputada Érika Kokay (PT-DF) parabenizou o Ministério do Trabalho pela redução do desemprego e ressaltou a importância do FGTS para o desenvolvimento urbano e a aquisição de habitação. Também participaram os deputados Capitão Alberto Neto (PL-AM) e Leonardo Monteiro (PT-MG), além de representantes de diversas entidades, como o Instituto do FGTS, ANPEPC, CBIC, CUT e FEBRABAN.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



## Regulamentação da Atividade dos Trabalhadores por Aplicativos

Em audiência pública, realizada no dia 4 de outubro, a Comissão de Trabalho debateu a Regulamentação da Atividade dos Trabalhadores por Aplicativo. Atendendo aos requerimentos dos deputados Vicentinho (PT-SP), Túlio Gadêlha (REDE-PE), Flávia Morais (PDT-GO), Erika Kokay (PT-DF) e Alexandre Lindenmeyer (PT-RS), o evento contou com a presença de diversas autoridades. Renan Kalil, Procurador do Ministério Público do Trabalho, destacou a falta de flexibilidade real na atividade. Francisco Macena, Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, confirmou a determinação do Governo em regulamentar a profissão. Participaram também do evento o Vice-Presidente da Anamatra, representantes da ABRAMOB, FENAMAPP, Fórum de Pesquisadores do Trabalho Controlado por Plataformas Digitais e CUT.

# Audiências Públicas

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



## Importância dos Conselhos Regionais e Federal de Química

A Comissão do Trabalho realizou em 19 de outubro Audiência Pública sobre a Importância dos Conselhos CRQ / CFQs, presidida pela deputada Erika Kokay (PT-DF). José de Ribamar Oliveira Filho, presidente do Conselho Federal de Química, enfatizou a relevância do setor e defendeu a transição para o hidrogênio sustentável. Marcelo Pimentel, da ABIQUIM, destacou a contribuição significativa do setor químico para o emprego e o PIB industrial. Participaram também do evento o deputado Eduardo Velloso (UNIÃO-AC) e os representantes de diversos Conselhos e Associações ligadas à química.

Carolina Souza / Câmara dos Deputados



## Aposentadoria especial aos segurados do Regime Geral da Previdência Social (PLP 42/2023)

Presidida pela deputada Geovânia de Sá (PSDB-SC), a audiência, realizada em 25 de outubro, contou com especialistas e público engajado no assunto. Diego Monteiro Cherulli, do Instituto Brasileiro do Direito Previdenciário, alertou para os riscos à saúde dos trabalhadores expostos a radiações, destacando a necessidade de regulamentação para evitar judicializações em massa. Participaram também as deputadas Ana Paula Lima (PT-SC) e Erika Kokay (PT-DF), além de representantes de diversas entidades sindicais e industriais.

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



## Condições de trabalho na mineração brasileira

Em Audiência Pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia, foram debatidas as "Condições de Trabalho na Mineração Brasileira". O debate focou na precariedade do trabalho e nos impactos das novas leis trabalhistas e previdenciárias. Especialistas alertaram para os altos riscos enfrentados pelos trabalhadores, com taxas de fatalidade significativamente elevadas. A reunião contou com representantes sindicais e do Ministério Público do Trabalho.

# Eventos Externos

Maria Eduarda Reis / Câmara Municipal do RJ



## Políticas de combate ao trabalho análogo à escravidão

A Subcomissão Permanente que trata de “Casos de Trabalho Análogo à Escravidão no Brasil”, debateu as Políticas relacionadas ao tema em evento realizado, em 6 de outubro, no Rio de Janeiro, o qual foi comandado pelo deputado Reimont (PT-RJ). Cláudio Secchin, auditor fiscal do MTE, destacou o aumento das denúncias e ações contra empresas em 2023. Thiago Gurjão, procurador do MPT, falou sobre os desafios, incluindo a revitimização. Aline Mancini, procuradora do MPF, ressaltou a ofensa à dignidade humana. Participaram também os vereadores Edson Santos (PT-RJ) e Monica Cunha (PSOL-RJ), a deputada Marina Santos (PT-RJ), e representantes de várias entidades de defesa dos trabalhadores.

Assessoria / CTRAB



## Regulamentação das relações de trabalho

A Comissão de Trabalho debateu em Santarém (Pará), no dia 20 de outubro, a regulamentação das relações de trabalho, focando em temas como exploração laboral, salários baixos, condições precárias e trabalho análogo à escravidão. Presidido pelo deputado Airton Faleiro (PT-PA), o evento visou fortalecer a democracia e aprimorar as normas trabalhistas, com destaque para o papel das novas tecnologias na proteção dos direitos dos trabalhadores. Participaram autoridades como o Superintendente Regional do Trabalho, representantes do Ministério Público, da CUT, e líderes sindicais locais.

Transmissão / Câmara dos Deputados



## Assédio moral no ambiente de trabalho

Em evento no Rio de Janeiro em 27 de novembro, foi discutido o assédio moral no ambiente de trabalho. O deputado Reimont (PT-RJ), solicitante da reunião, destacou a gravidade das práticas que visam desestabilizar emocional e profissionalmente os trabalhadores, afetando sua dignidade e integridade. Fernanda Barbosa Diniz, Procuradora do Ministério Público do Trabalho, compartilhou exemplos alarmantes de casos de assédio, enfatizando a necessidade urgente de medidas para proteger os direitos dos trabalhadores.

## Comparecimento de Ministro de Estado

Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



**O Ministro do Trabalho e Emprego,  
Luiz Marinho, em 12 de abril,  
compareceu à Comissão para  
apresentar os planos e metas de  
trabalho da pasta para o ano de 2023.**

# Seminários

Mario Agra / Câmara dos Deputados



## III Seminário Trabalhista realizado pela CTRAB trata de soluções para o setor de Transportes Rodoviário de Cargas

A Comissão de Trabalho e a Comissão de Viação e Transportes realizaram, em 24 de outubro, o III Seminário sobre Transporte Rodoviário de Cargas. Presidido pelo Deputado Airton Faleiro (PT-PA), o evento abordou soluções para o setor, reforma sindical e economia e contou com a presença de Desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, do Ministério do Trabalho e de Confederações de Transporte. No 2º painel do evento, a juíza Thereza Nahas destacou a ausência de liberdade sindical no país.

Mario Agra / Câmara dos Deputados



## Seminário da CTRAB debate combate ao trabalho escravo no Brasil

O Seminário "Debater as Políticas de Combate ao Trabalho Análogo à Escravidão no Brasil" foi presidido pelo deputado Bohn Gass (PT-RS). André Esposito Roston, do Ministério do Trabalho e Emprego, destacou a atuação conjunta de órgãos como MTE, MPF, DPU, PF e PRF, e a importância das denúncias da sociedade civil. Desde 1995, mais de 63 mil pessoas foram resgatadas. O Professor Ricardo Rezende, da UFRJ, apontou a falta de punição adequada a pessoas físicas e jurídicas e a vulnerabilidade de trabalhadores, majoritariamente negros, de baixa renda e do sexo masculino. Presentes no evento estavam os deputados Reimont (PT-RJ), Rogério Correia (PT-MG), Túlio Gadêlha (REDE-PE), e representantes de diversas organizações e instituições.

# Outros Eventos



Assessoria CTRAB

## Visita Técnica ao Sistema Metroviário de Pernambuco

Representando a Comissão, o deputado Túlio Gadêlha, acompanhado pelo senador Humberto Costa, realizou uma visita técnica ao Sistema Metroviário de Recife/PE. No mesmo dia, foi realizado debate público no Auditório da Universidade Católica de Pernambuco, reunindo diversas autoridades e representações sindicais para discutir melhorias no transporte metroviário da cidade.

## Debate Público no IFRJ

Atendendo ao requerimento do deputado Reimont, a Comissão realizou debate no Instituto Federal do Rio de Janeiro (Campus RJ) sobre o impacto do novo Ensino Médio nos trabalhadores da educação do Estado do Rio de Janeiro.



Assessoria CTRAB